

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Crítica

Class.: G3R00694

Data 21/07/93

Pg.: _____

ENCONTRO DA COIAB

Lideranças discutem situação do índio

A Revisão Constitucional e o Estatuto do Índio serão temas de palestras e debates hoje na reunião de avaliação da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), que reúne 70 lideranças indígenas da Amazônia na Escola Agrotécnica, em Manaus, até o final desta semana. Este encontro, segundo o assessor da Coiab Amarildo Tukano, será importante para definição do papel da entidade dentro da conjuntura nacional e a determinação de ações práticas em favor da causa indígena. Há segundo ele, pontos a serem discutidos de extrema urgência por necessitarem de novos direcionamentos. Além da revisão e do estatuto, estão na pauta o Ano Internacional dos Povos Indígenas e a Campanha de Demarcação das 238 áreas indígenas no País, das quais 119 são na Amazônia na qual vivem 180 mil índios de 140 etnias, representando 70% da população indígena brasileira.

Amarildo falou sobre a reunião que no mês passado, reuniu na Áustria (Viena), representantes indígenas de todos os Continentes com a Organização das Nações Unidas (ONU), quando foram apresentadas propostas como a criação do Fundo Indígena a ser repassado às organizações que lutam pela preservação dos povos e de um Auto-comissionado que seria a representação indígena na ONU. "Esses são pontos importantes porque indicam os passos da Coiab na defesa dos povos indígenas", explicou. Criada em 1989, a Coordenação das Organizações Indígenas reúne hoje 48 organizações e é a voz dos povos indígenas, segundo afirma o assessor. "A Coiab conseguiu reunir os povos indígenas da região, que antes não se conheciam, estabeleceu uma política conjunta dos povos e vem levando as propostas de forma organizada", explica.

"Hoje temos voz e posições definidas em favor dos nossos interesses que são unificados", complementa.

As lideranças ouvirão hoje pronunciamto de Pedro Mendes, liderança indígena e da assessoria jurídica da Coiab sobre a Revisão Constitucional. "Vamos saber se é ou não importante essa revisão para os nossos povos", observa ele. Quanto ao Estatuto, a proposta é adequá-lo ao texto da Constituição, que garantiu as



O encontro reúne 70 lideranças indígenas da Amazônia

propostas dos índios brasileiros A Campanha de Demarcação das terras é alvo de uma campanha de recolhimento de assinaturas que deverá estar pronta até o mês setembro. "Estamos sensibilizando a sociedade para a importância da demarcação das terras, porque a demarcação é que nos garantirá a vida", assegura. Das 238 áreas brasileiras, apenas 87 estão regulamentadas, sendo que a maioria está sendo ocupada por invasores que exploram as riquezas minerais e vegetais das terras.

Há ainda a discussão sobre o Ano Internacional dos Povos Indígenas, que na avaliação de Amarildo

Euzivaldo Queiroz



Amarildo Tukano: o papel da Coiab será definido

do, não tem contribuído para trazer ações práticas dos governos e da sociedade na defesa dos povos. "Tem sido mais folclore do que prático, porque no Ano Internacional, as invasões continuam, as terras não estão sendo demarcadas e

o sofrimento continua", reflete o assessor da Coiab. Neste encontro, segundo afirma, as lideranças terão a oportunidade para debater, elaborar propostas de trabalho e de direcionamento das lutas dos povos indígenas.

Euzivaldo Queiroz



Darcy Marubo: campanha deve ser reforçada

Índio reivindica demarcação

A demarcação dos mais de oito milhões de hectares de terra dos índios Marubo, no Vale do Javari, município de Atalaia do Norte, Alto Solimões, metade dos quais ocupados hoje por empresas madeireiras é a principal reivindicação do índio Darcy Marubo, que reafirmou ontem a necessidade de todas as coordenadorias indígenas da Amazônia reforçarem a campanha de defesa da demarcação dos territórios indígenas.

No Vale do Javari vivem 12 povos indígenas, dos quais apenas cinco já estão contactados. "São cerca de 3.800 pessoas", avalia Darcy, que cita a destruição do

meio-ambiente como o fato mais grave, depois da exploração ilegal de madeira. Na verdade, segundo sua avaliação, a demarcação das terras garantiria a vida dos Marubo, mas obrigará a busca de alternativa econômica para 40% da população dos municípios de Atalaia do Norte e Benjamin Constant, que vivem da exploração de madeira. Ele lamenta que seis índios vivam hoje da troca de madeira por alimentos com os brancos. "O sistema é de simples troca e eles acabam sempre devendo aos brancos madeireiros", argumenta Darcy, ao condenar o sistema.